

Cotas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS): vozes indígenas e negras

Chryslen Mayra Barbosa Gonçalves

Doutoranda e cotista negra no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

E-mail: chryslenmayra@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6800-5073>

Mayra Luz Alvarado Davila

Doutoranda e cotista indígena no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

E-mail: mayraluzad@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0918-3427>



Resumo

O objetivo deste documento é apresentar as vozes das pessoas que lutaram pelas ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UNICAMP) e as vozes das pessoas que foram beneficiadas pelas cotas étnico-raciais implementadas em 2015 com a primeira turma em 2016. Longe de construir uma análise teórica sobre a política de cotas no país, este texto busca evidenciar narrativas críticas pessoais e coletivas que nos ajudam a pensar os caminhos do programa na luta antirracista.

Palavras-chave: Ação afirmativa; PPGAS; Luta Antirracista.

Abstract

The purpose of this paper is to present the voices of people who fought for affirmative action in the Graduate Program in Social Anthropology (PPGAS/UNICAMP) and the voices of people who was benefited from the racial-ethnic quotas implemented in 2015, with the first selecteds in 2016. Far from building a theoretical analysis on the quota policy in the country, this text seeks to highlight personal and collective critical narratives that help us think about the program's paths in the antiracist struggle.

Keywords: Affirmative action; PPGAS; Antiracist struggle.

Resumen

El objetivo de este documento es presentar las voces de personas que lucharon por las acciones afirmativa en el Programa de Posgrado en Antropología Social (PPGAS/UNICAMP) y las voces de las personas que se beneficiaron de las cuotas étnico-raciales implementadas en 2015 con la primera promoción en 2016. Lejos de construir un análisis teórico de la política de cuotas del país, este texto busca resaltar narrativas críticas personales y colectivas que ayuden a pensar los caminos del programa en la lucha antirracista.

Palabras clave: Acción afirmativa; PPGAS; Lucha antirracista

“Luzes e sombras no caminho da implementação das políticas de ações afirmativas no PPGAS”

O convite da Revista Maloca para escrever sobre as nossas experiências como mulheres negra e indígena cotistas no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UNICAMP foi extremamente oportuno, não apenas pelos 50 anos de história do PPGAS, mas também pelos cinco anos de efetivação das políticas de ações afirmativas étnico-raciais¹, pioneira na UNICAMP, e que deu uma base às lutas de 2017 para a implementação de cotas na graduação de toda a universidade. Deste modo, decidimos que este não seria apenas um espaço para os relatos de duas alunas cotistas do programa, especialmente porque não passamos pelo processo de luta para a implementação das ações afirmativas, já que ambas viemos de outras universidades brasileiras; por isso, realizamos algumas entrevistas com cotistas negras e indígenas do PPGAS, bem como com representantes da Frente Pró-Cotas que, além de produzir um texto muito explicativo descrevendo o processo da luta, nos forneceram o projeto inicial de ações afirmativas para a pós-graduação apresentado em 2015² que sintetiza a importância dessa política não apenas nos programas de pós-graduação, mas em toda a universidade.

Inspiradas nas obras de Svetlana Aleksievitch³, optamos por apresentar os monólogos na íntegra ao invés de inseri-los em alguma análise nossa. Um acesso direto às narrativas das alunas e alunos cotistas e lutadores revela as contribuições das políticas de ações afirmativas no ingresso dessas pessoas ao PPGAS, mas também a manutenção do racismo estrutural nas relações universitárias – na obtenção de acesso à moradia, nos espaços acadêmicos, nos tratamentos em disciplinas do programa, na relação com docentes –, mostrando-nos que problemas se colocam não apenas no processo seletivo, mas transbordam nas relações cotidianas e interpessoais, e nas condições de permanência estudantil.

As preocupações de nossas e nossos companheiros cotistas do PPGAS convergem com as nossas: existe uma sorte de ecos nestas narrativas, especialmente no que toca à situação socioeconômica dos que ingressam no programa – sobretudo os que entraram sem bolsa: Onde vão morar? Como vão se manter? Não basta dar acesso à universidade se não lutamos pela manutenção dos nossos, por uma base para seus

1. A luta pela implementação das cotas no PPGAS aconteceu nos anos de 2014 e 2015, a primeira turma de cotistas ingressou em 2016.

2. O documento “Proposta de Cotas Étnico-Raciais e de Pessoas com Deficiência para Programas de Pós-Graduação” produzido pela Frente Pró-cotas da UNICAMP nos foi cedido pelos membros deste coletivo.

3. Especialmente no livro *Vozes de Tchernóbil. A história oral do desastre nuclear* (2016).

trabalhos de campo, para que possam comprar o material necessário e se deslocarem para a produção de suas pesquisas. Vamos na direção de uma de nossas companheiras que evidencia a importância das pesquisas produzidas por alunas e alunos cotistas, pela sensibilidade com questões antes – muitas vezes – ignoradas pelas pesquisas acadêmicas. Desse modo, percebemos as deficiências nas políticas de ações afirmativas, mas ratificamos as transformações provocadas pela inserção de alunos cotistas nas metodologias de pesquisa, na sensibilidade e crítica que direcionamos a alguns temas, contribuições extremamente necessárias para o conhecimento antropológico.

Compartilhamos o incômodo de uma de nossas companheiras cotistas indígenas que denuncia a atitude de muitas pessoas não racializadas com a presença de cotistas, atitudes que escancaram que os problemas estruturais do racismo estão entranhados nas relações interpessoais a ponto de sermos tratadas de formas desiguais em determinados espaços, ou tratadas como objeto de conveniência. Mas destacamos a importância de compartilhar espaços entre cotistas, pela solidariedade e troca de conhecimentos, pela sensibilidade com quem está chegando nas salas de aula da UNICAMP, pelo apoio. Ambas sentimos do incômodo à sensibilidade, sentimos o apoio dos representantes da Frente Pró-Cotas que lutaram para que um projeto mais democrático de ação afirmativa fosse aprovado – compreendendo a importância de ações afirmativas também para as pessoas com deficiência.

Hoje o PPGAS é pioneiro na UNICAMP com as cotas para pessoas trans – que não inserimos nestas narrativas porque é um processo de lutas em um tempo distintos e que conta com outras protagonistas que devem ter um espaço próprio neste Dossiê. Esperamos que estes processos tornem o programa cada vez mais democrático e produzam ambientes de luta e de contribuições na inter-relação entre cotistas e não cotistas, para transformar cada vez mais este em um espaço não só não racista, mas antirracista, como propôs Angela Davis. Acreditamos que as vozes presentes neste texto possam auxiliar na compreensão de questões sobre a política de ações afirmativas e, também, sensibilizar as pessoas que compõem a universidade pública de que não estamos “entrando pela janela” – como denunciam as palavras de uma de nossas companheiras aqui presentes –, estamos caminhando na direção de

construir este como um território indígena, negro, trans, para pessoas deficientes, efetivando o projeto não de uma universidade, mas de uma pluriversidade.

Chryslen Mayra Barbosa Gonçalves e
Mayra Luz Alvarado Davila

“A discussão que promovemos foi fundamental no convencimento e na aceitação de amplos setores da universidade”

*Zé Povinho é o Cão, tem esses defeitos,
Quê? Cê tendo ou não cresce os zóio de qualquer jeito...*
Racionais Mc's

A reserva de vaga, ou seja, as cotas como modalidade das ações afirmativas na UNICAMP, emergiu de discussões acadêmicas e institucionais na esteira do fortalecimento dessa política nas universidades federais e, sobretudo, após a aprovação da constitucionalidade das cotas, por unanimidade, pelo STF, no ano de 2012. Apesar da experiência inicial aplicada no âmbito dos funcionários da UNICAMP, foi o movimento estudantil, heterogêneo e contraditório, que colocou essa discussão em termos pragmáticos, com o objetivo de alterar a política de acessos na universidade.

Em sua maioria, os debates movidos pelo corpo docente a respeito do tema na universidade não ultrapassavam as portas dos auditórios, não mobilizavam discentes, funcionários e a opinião pública exterior à universidade. A convergência de uma política que, efetivamente, pudesse ser aprovada primeiro nas pós-graduações e depois nos cursos de graduação foi uma construção da Frente Pró-Cotas e do Núcleo de Consciência Negra (NCN). O movimento que redundou nas ações afirmativas atuais partiu, portanto, da atuação destes dois coletivos.

A partir de 2013, a Frente Pró-Cotas recebeu novos estudantes advindos da Moradia Estudantil da UNICAMP, de diferentes partidos de esquerda, do NCN, além de estudantes de pós-graduação. Essa nova composição da Frente montou uma estratégia para aprovação de um programa amplo de ações afirmativas, com cotas, na universidade. O primeiro passo consistiu em aproveitar o que chamávamos de “brecha institucional”. Inspirados em conversas com os estudantes que mobilizaram as discussões e a aprovação do programa de ações afirmativas do Museu Nacional (UFRJ), iniciamos as discussões junto ao departamento de antropologia. Sabíamos das dificuldades de levar a pauta das cotas

diretamente ao CONSU (Conselho Universitário, órgão de deliberação máximo da UNICAMP), onde não tínhamos influência e poder de deliberação. Até aqui o horizonte de aprovação das cotas na graduação parecia distante, se não impossível naquele contexto.

A “brecha institucional” residia na autonomia dos departamentos para formular seus próprios processos seletivos de ingresso nos programas de pós-graduação. Passamos a atuar junto aos departamentos do IFCH, inserindo a pauta das cotas nas reuniões e mapeando os posicionamentos dos professores. Nossa estratégia implicava na aprovação das cotas, primeiramente, nos cursos de pós-graduação do IFCH, cuja experiência poderia ser utilizada para as discussões na universidade como um todo. A tal “brecha” ou exceção, se tornaria a regra a ser alcançada em toda a universidade, tanto na pós-graduação, quanto na graduação (com a aprovação anos mais tarde).

Um outro passo importante consistiu no aprofundamento dos temas e questões relacionados às ações afirmativas no Brasil e no exterior em espaços de discussão. Por isso, a Frente passou a se organizar também como um grupo de estudos. Realizamos diversos eventos no IFCH e identificamos as principais contestações de docentes e discentes às ações afirmativas. A realização dos eventos também serviu para evitar o argumento da ignorância, por parte de alguns, de que não havia acúmulo ou debate a respeito das cotas no IFCH. Também envolvemos personalidades dos movimentos negros, indígenas e pesquisadores em ações afirmativas para mesas e palestras. A Frente se fortaleceu nesse percurso e diversos estudantes, mas poucos professores, passaram a contribuir com o grupo.

O projeto, então elaborado pela Frente a múltiplas mãos, assumiu uma estrutura de perguntas e respostas (tendo como base as dúvidas e argumentações contrárias mais comuns), além de apresentar uma proposição de aplicação das cotas nas pós-graduações do IFCH. Sabíamos que não seria possível aprovar um modelo de cotas para todos os cursos, por isso frisamos que o projeto apresentado pela Frente nos departamentos e depois para a Congregação do IFCH tinha como objetivo demonstrar a viabilidade e pertinência das ações afirmativas nos cursos de pós-graduação. Desta forma a heterogeneidade dos departamentos e discordâncias internas puderam ser acolhidas sem que representassem, contudo, empecilho à aprovação das cotas. Não consideramos que a aprovação das cotas era mera questão técnica e objeti-

va, embora estivéssemos convictos de nossos argumentos. Tornou-se necessário considerar algumas relações de poder. Os eventos serviram então para discutir as experiências de cotas existentes no país, mas também para criar um clima de proteção sobre os e as estudantes da Frente – o que foi necessário como destacaremos adiante – e para pressionar aqueles que poderiam decidir sobre as cotas, os docentes, e que se mostravam apáticos ao debate.

Aprovamos então o princípio das cotas: todos cursos de pós-graduação poderiam alterar seus processos seletivos da forma como achassem pertinente, desde que adotassem critérios mínimos de equalização das desigualdades socioeducacionais, as quais se alicerçam numa visão estritamente meritocrática. A aprovação, como já se sabe, também fortaleceu a construção e aprovação de projetos de cotas para a pós-graduação em outros institutos e faculdades, como a Faculdade de Educação e o Instituto de Economia (IE). Vale apontar que as propostas construídas nestes espaços por vezes se apresentam como aprimoramentos da primeira: no IE, por exemplo, o princípio de cotas foi aprovado junto à reserva de bolsas para alunos optantes.

Desde que a Frente se reconfigurou e passou a demandar a aprovação das cotas no IFCH e depois na UNICAMP como um todo, vários de seus membros passaram por assédios morais, pressões dos orientadores e perseguição institucional, por meio de processos de sindicância na universidade. O racismo e sexismo, mais uma vez, não deixaram de se expressar e pressões sobre as estudantes e os estudantes negros do grupo, bem como do NCN, se intensificaram. Apesar de exceções fundamentais do corpo docente, através da figura de alguns professores e professoras que nos deram apoio e acolhida, encontramos uma resistência massiva, sobretudo no ano de 2016, seja pela apatia majoritária de muitos, seja pela oposição aberta de alguns. Não faltou quem ridicularizasse os debates que pretendíamos fortalecer, bem como não faltou quem se calasse quando um professor humilhou sua então orientanda em uma reunião de departamento, após esta fazer uma defesa das ações afirmativas. Onde estavam os professores quando estudantes, incluindo da Frente, foram alvo de sindicância por sua participação na greve de 2016, cuja pauta central era a adoção das cotas pela universidade? Por isso, a Frente adotou uma estratégia de circular seus membros nos espaços e de assinar coletivamente tudo que escreveu. Se, por um lado, a pressão política foi uma das estratégias para aprovação das cotas, por

outro lado, foram as táticas de apoio mútuo e cuidado entre nós que possibilitaram fôlego para que pudéssemos levar essa pressão a cabo.

Reconhecemos que atualmente há outra postura docente em relação à política de cotas, mudança que receberíamos com maior alegria não fosse a apropriação do discurso, isenta de autocrítica, daqueles que atuaram contra sua implementação. Nos referimos a todo período de aprovação das cotas em programas de pós-graduações e na graduação, o qual envolveu embates, muitas vezes violentos, entre distintos membros da universidade. Apesar disso, a discussão que promovemos foi fundamental no convencimento e na aceitação de amplos setores da universidade, o que inclui também os discentes e funcionários. Contudo, mesmo antes da aprovação do princípio de cotas, novos desafios já estavam colocados. A Frente nunca se iludiu em relação aos limites de transformação social e educacional da pauta que defendia. Muitos debates colocados na época se mostram hoje mais relevantes do que nunca, dado um contexto de aprofundamento da precarização da universidade pública no país. O debate sobre as condições de permanência para cotistas na universidade, por exemplo, já eram colocados por nós e sua interdição postergou, em benefício de uma visão meritocrática quanto ao repasse de recursos, a resolução deste problema.

As violências tocadas por motivos étnico-raciais e de gênero não são e nunca serão resolvidas pelas ações afirmativas. Pensamos que o que Frente e o NCN fizeram foi pautar essas questões de forma concreta no ambiente em que vivíamos: uma universidade pública que pode servir de canalização dessas discussões para outros setores da sociedade. Entendíamos as cotas como princípio que poderia, no médio prazo, contribuir para uma transformação da UNICAMP aproximando-a da sociedade. Depois de aprovarmos o projeto da Frente no IFCH, um artigo chegou a argumentar que não via como uma ilha poderia se tornar um arquipélago, se referindo às dificuldades de levar a questão das cotas do IFCH para toda universidade. Poucos meses depois, o vento virou: estávamos fazendo reuniões com centenas de estudantes em todos os institutos da universidade, mais docentes e funcionários apoiavam e se dedicavam aos debates sobre as cotas. Políticos, intelectuais e até o ator Danny Glover – importante ativista ligado às questões raciais nos EUA – declararam apoio às cotas na UNICAMP. O lema da greve estudantil de 2016 foi “Cotas sim, Cortes não”, o que demonstrava o espraiamento e legitimidade da pauta em toda universidade.

Participamos de um período importante na UNICAMP, inserindo um dos debates que provavelmente mais mobilizou toda universidade nos últimos anos. Atentos ao desafio permanente de democratização efetiva da sociedade e de problemas que ultrapassam o espaço acadêmico, aprendemos que é possível, contudo, suscitar o debate das questões que realmente importam e que subjazem todo debate sobre as cotas: as diversas formas de desigualdade, de racismo e opressão no Brasil. Questionar é preciso, bem como apresentar saídas concretas aos impasses que vivemos. Aliás, e as cotas para docentes, o nível mais desigual, em termos da composição étnico-racial, da universidade? Com seu declarado e atual apoio às cotas, quais são as propostas para rever as condições de acesso no âmbito de sua própria categoria? Na camada de maior prestígio social e poder deliberativo da universidade, não seria esta uma pauta de potencial questionamento da ideologia meritocrática que encobre o racismo institucional?

Frente Pró-Cotas da Unicamp*
28/09/2021

* O grupo que assina esse texto é composto por membros da Frente Pró-Cotas atuantes entre 2013 e 2017.

“As formas de fazer antropologia no Brasil estão mudando mais pelo esforço dessas/es novas/os pesquisadoras/es pretos e indígenas e menos por investimento institucional”

Cheguei na UNICAMP em 2016, sou da primeira turma de ingressantes. O que eu sei é que foi uma luta árdua, levada com muita força pelos estudantes para convencer a honorável congregação do IFCH de que as ações afirmativas na pós-graduação eram necessárias.

Difícil explicar sob óbvio, cotas sim, cotas até quando forem necessárias. Penso que a Unicamp em 2016 e quiçá em 2021 siga num atraso histórico com relação discussão e implementação dessa política e continua “acreditando” que está na vanguarda.

Quando cheguei à universidade me surpreendi com o nível básico da discussão. Havia uma propaganda que destoava do momento histórico das ações afirmativas no Brasil. A UNICAMP ainda acreditava estar inovando, não havia na época nenhuma política sobre a permanência ou necessidades específicas de discentes oriundos de ações afirmativas. Fomos selecionadas/os dentro da reserva e cada uma e cada um se resolveu ao seu modo. Lembro de uma situação quando andei pela moradia estudantil acompanhando, implorando e pedindo uma vaga para a minha colega que veio de outro estado e ficou todo o pri-

meiro semestre sem bolsa. Uma situação patética. Havia uma garantia de vaga sem garantia do espaço físico.

No meu caso, por ter condições favoráveis em decorrência de estar afastada do trabalho e recebendo salário, tive boas condições socioeconômicas de permanência dentro do programa, a partir daquilo que era minha condição externa. Durante minha estadia no curso, recebi uma única vez auxílio para apresentação em congressos. Os recursos de auxílio à pesquisa de campo foram negados porque eu fazia pesquisa fora do Brasil. Quando tive dificuldade para conseguir o visto de entrada no país onde realizei pesquisa não contei com nenhum suporte do PPGAS e/ou UNICAMP, embora tenha por diversas vezes acionado os canais da Universidade. Quando estava em campo e precisei falar com a coordenadora do programa, na época, recebi um e-mail da referida professora onde ela pedia que eu não lhe enviasse outras mensagens e que eu deveria me dirigir apenas à secretaria do curso. Na mesma ocasião, meu orientador teve problemas de saúde e foi disponibilizada uma orientação de pessoas que eu sequer conhecia e tampouco sabia do vínculo delas com o programa.

Como já sou egressa do programa desde 2020, não tenho acompanhado as novas turmas e quais são as condições dos ingressantes. Mas em 2016 e 2017, anos que estive de forma mais efetiva na Universidade, sempre tivemos problemas com bolsas envolvendo pessoas pretas. Minha opinião é da impossibilidade de se fazer pesquisa sem financiamento. Dessa forma, as ações afirmativas não enfrentam as diferenças estruturais que o ingresso discente sinaliza. Admitir uma/um aluna/o cotista pressupõe pensá-lo em sua integridade como pesquisadora/dor, implica em saber quem é esse sujeito, de onde ele vem e o que ele precisa para produzir conhecimento. O que acontece é uma perpetuação das condições assimétricas, o conhecimento que circula reflete a hegemonia de pesquisadoras/es brancas/os.

A política de cotas possibilita o acesso desses sujeitos ao PPGAS. As formas de fazer antropologia no Brasil estão mudando mais pelo esforço dessas/es novas/os pesquisadoras/es pretos e indígenas e menos por investimento institucional.

Penso que falta ao PPGAS uma assunção da sua condição de reprodutor de racismo estrutural. Quando houver essa tomada de consciência estará criada a condição para as melhorias.

Aluna cotista negra do PPGAS.

“A instituição precisa estar preparada e cada vez mais consciente das políticas de ação afirmativa – não como uma concessão e sim como um direito”

Durante meu período como representante discente do doutorado, no meu ano de ingresso, tomei conhecimento dos agenciamentos e reivindicações em torno da implementação das políticas de ação afirmativa no PPGAS. Soube, por exemplo, que a exigência das cotas partiu de um grupo de alunos do programa no ano de 2016 – cujos ingressantes faziam parte de diversos perfis socioeconômicos e étnicos. A política de cotas do PPGAS, desde então, e até onde entendi, seguiu sem maiores discussões internas e sem critérios muito definidos de atribuição de bolsa – distribuída até então através de uma lista dupla que contemplava a reserva de vagas para pessoas negras, editais específicos para indígenas e estrangeiros. A discussão foi retomada pelos discentes do programa em 2020 e, dentre os ganhos, foram implementadas cotas para pessoas trans e um sistema de distribuição de bolsas específico, que leva em conta os contextos de classe, raça e gênero dos ingressantes.

Penso que a política de ação afirmativa dentro do PPGAS ainda precisa de discussões internas mais engajadas entre alunes e professores, que permitam uma estruturação mais eficaz de seus termos. Dito isso, acredito que avanços importantes foram feitos e que eles não devem ser perdidos no meio do caminho. Há outras discussões que precisam ser levantadas, como as condições de permanência dos alunes do programa.

Me inscrevi como cotista na seleção de 2019/2020. Avalio minha experiência como positiva, uma vez que tive bolsa Capes desde o início do meu semestre de ingresso, permitindo estabilidade para o curso de doutorado. Ainda assim, meu ano de ingresso foi muito particular em função das intempéries suscitadas pela pandemia da Covid-19: não frequentei o campus da universidade e, tampouco, tive aulas presenciais.

Todas as pessoas do meu ano de ingresso tiveram bolsas, mas sei de colegas que ingressaram no PPGAS em 2021 e em anos anteriores que não as possuem. Imagino que os motivos sejam os cortes de bolsa e financiamento das agências de fomento, além do tipo de critérios adotados para a distribuição das bolsas. Não posso avaliar até que ponto essas duas variantes fizeram diferença em cada processo seletivo, mas sei que são importantes para se considerar o porquê há alunes com bolsa e outros não. Acredito que não é possível fazer pesquisa sem bolsa, se o aluno não tiver uma outra fonte de renda. Caso a renda venha de, sei lá, uma herança ou estabilidade familiar, creio que não há grandes complicações. No entanto, caso o aluno tenha que trabalhar para conseguir arcar com a pesquisa e o estudo, as condições de permanência e êxito durante o curso ficam seriamente comprometidas.

Por conta da pandemia da Covid-19, conheci poucas pessoas no PPGAS, para além dos colegas do meu ano. No entanto, pelas discussões que participei com o corpo discente em 2020, penso que as condições de permanência e, muitas vezes, a falta de sensibilidade e compromisso dos professores com as ações afirmativas são questões importantes ao considerar a eficácia das cotas na experiência dos alunos.

O diferencial que encontrei no programa é algo que permeia minha vida em qualquer lugar: ser uma mulher negra em um mundo que racializa pessoas. Nesse sentido, há descontinuidades que são colocadas de antemão em relação aos demais colegas – tanto por uma certa similaridade da experiência em relação a outros colegas não brancos, quanto por uma dessemelhança que há na experiência de colegas brancos. Até então, nesta forma remota, não tive pessoalmente nenhum problema ou algum caso digno de nota aqui – por exemplo, algum tipo de desrespeito ou ataque racista mais direto. Minha experiência até que tem sido muito boa, na medida em que consigo gerenciar relativamente bem tensões e incômodos que surgem durante algumas discussões em sala de aula e porque realmente acredito que a antropologia é ainda uma disciplina em que tais tensões possam produzir conhecimento e ação. Acredito que vivemos um contexto muito particular em relação a essas discussões – tanto nos debates internos, quanto na esfera pública – e acho isso importante. Sou uma pessoa ainda cheia de esperança, no final das contas.

Acredito que o próximo passo seja discutir sobre as condições de permanência dos alunos cotistas, que não se resumem na distribuição de bolsas. A instituição precisa estar preparada e cada vez mais consciente das políticas de ação afirmativa – não como uma concessão e sim como um direito.

Aluna cotista negra do PPGAS.

“Se a gente não tivesse a oportunidade de entrar pelas cotas, ‘pela janela’, como alguns falam, como a gente ia expor a nossa pesquisa?”

Na época em que eu me inscrevi no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, eu sabia muito pouco sobre as cotas, logo de cara quando eu vi que estavam abertas as inscrições foi que eu percebi que havia a opção cotista, eu não sabia, eu não tinha pesquisado, eu iria fazer o processo sem cotas mesmo. Eu já estava saindo do PPGAS de Manaus, no mestrado, e queria seguir meus estudos, só não queria continuar no mesmo programa, eu queria ter um olhar diferente em um programa em outro estado. Então eu pesquisei na época e o que estava aberto era a UFMG, a UNICAMP e Brasília, se eu não me engano. Aí eu optei pela UNICAMP por estar ali em São Paulo, que era pra onde eu queria ir, isso pesou um pouco, e aí quando eu fiz a seleção éramos nove inscritos e eu fui a única que passou na primeira etapa, foram eliminados os oito e eu estava concorrendo comigo mesma na segunda e na terceira etapa, e graças a Deus deu certo, eu fui aprovada. Então, quando eu cheguei na UNICAMP como cotista, foi que eu vim mergulhar mais profundo nas políticas de cotas da UNICAMP e eu observei que era muito mais forte do que de onde eu vinha (o PPGAS de Manaus), a gente tem cotas lá, mas na UNICAMP esse tema é mais forte. A minha opinião sobre esse tema é que eu o vejo como muito importante para dar oportunidade para os parentes não só indígenas, como os negros também, que são cotistas, os quilombolas, de ter oportunidades de estar dentro de uma universidade e seguir a sua luta, os seus sonhos. Não é uma questão assim... a gente ouviu muito isso “é cotista, entrou pela janela”, entendeu? Eu ouvi muito isso no PPGAS em Manaus, na UNICAMP não. Mas não é bem assim, eu não vejo como se tivesse entrado pela janela; entrou pela porta, porque a gente sofre além do preconceito e quando estamos lá dentro como cotista a gente tem que demonstrar que merece e que as

cotas devem seguir, principalmente, para os que são contra, que falam desde o início que as cotas não vão dar certo, como alguns professores do próprio programa, como eu ouvi falar em algumas reuniões.

Minha experiência como cotista no programa foi boa e foi ruim, teve prós e contras no sentido de que algumas pessoas, não vamos generalizar, mas algumas pessoas, como professores do programa, me olhavam como inferior, eu sentia, a pessoa não me falava, mas eu sentia: “Entrou como cotista! Aquela ali é indígena cotista, então vamos pegar mais leve, considerar...”, não era uma avaliação de igual pra igual. E eu queria que fosse de igual pra igual mesmo, mesmo eu sendo quietinha, na minha, não estar falando muito. Mas eu tive experiências boas também, de professores querendo saber, me dando a oportunidade de fala, de querer conhecer também o que eu pensava sobre determinado assunto, como era na minha vida aqui do Alto Solimões, no caso, eu moro aqui, na minha cidade com os meus parentes, determinadas situações e assuntos em sala de aula; então eles abriam este espaço. Eu tinha, na verdade, sempre tive, este espaço de eles me ouvirem, mas em alguns momentos eu sentia que a minha opinião não era tão relevante para aquele determinado assunto só pelo fato de eu ser cotista, isso eu sentia na pele, não precisava ninguém falar, só um olhar ou uma expressão facial já me falava isso. Também tive situações de alguns outros alunos de outros PPGs falarem comigo só porque eu estava próxima do meu orientador, por exemplo. Meu orientador é um professor conhecido da UNICAMP, aí, uma vez, eu não vou citar nomes, mas uma vez chegou um aluno que se eu não me engano era da História, mestrando ou doutorando da História, e nunca tinha falado comigo nos corredores, a gente já havia se encontrado em reuniões sobre cotas, ele é branco, era um dos líderes do movimento, mas nunca tinha falado comigo além de um “Bom dia” ou “Boa tarde”, e olha que a gente se encontrava bastante nesses movimentos e reuniões, e aí eu estava conversando com o meu orientador nas mesinhas do IFCH e, do nada, ele falou primeiramente comigo “Oi, tudo bem? Boa tarde! Como vai?”, perguntando até do meu projeto, da minha pesquisa, eu fiquei até assustada, aí ele cumprimentou o meu orientador. Isso me chamou a atenção, porque estava na cara que ele estava falando comigo, mas não era só porque... quantas e quantas vezes ele passou naquelas mesinhas do IFCH e eu estava lá estudando e ele não tinha falado comigo? Mas na presença do meu orientador ele quis, tipo assim, entendeu?

Se a gente não tivesse a oportunidade de entrar pelas cotas, “pela janela”, como alguns falam, como a gente ia expor a nossa pesquisa? Como íamos continuar ou começar as nossas pesquisas? Porque, geralmente, as pesquisas de cotistas indígenas e negros são do dia-a-dia, do seu âmbito familiar, ali do seu território, o que é o meu caso, eu pesquiso um povo indígena que eu quero ajudar para que o povo, o Brasil, o mundo conheçam um pouco mais, não só a gente aqui das redondezas. Então, se eu não tivesse essa oportunidade, eu não estaria ajudando o outro povo que eu estou pesquisando a divulgar a sua cultura como eles mesmos me pediram, para que eu escrevesse um artigo, um trabalho sobre eles, que eles queriam ser mais reconhecidos por aí, mundo afora, até mesmo dentro do Brasil, porque poucos estudantes tinham pesquisado sobre esse povo. Então, eu acredito que sim, que essas cotas nos fortalecem a seguir os nossos sonhos e, ao mesmo tempo, a estar divulgando o trabalho e a vida de outros povos por meio de nossas pesquisas.

Os ingressantes cotistas negros da minha turma me davam até mais atenção do que os não cotistas, eu me sentia muita das vezes, pra debater um assunto ou pra falar, quando a (cita o nome de uma cotista da turma) olhava pra mim e balançava a cabeça, tipo assim, eu entendia “Isso! Aham! Certo!”

Eu fiquei sem bolsa um período inteiro, sendo a única indígena do meu ano, porque eles falavam que a cota da CAPES era assim, que só tinha uma bolsa, que era preciso aguardar, porque infelizmente tinham pessoas de outras turmas que não tinham bolsa. A minha opinião sobre isso é que é difícil estudar sem bolsa, né? Cotista ou não cotista sempre é difícil, ainda mais pra mim que estava em outro estado, sem nenhum parente por perto, sem nenhum conhecido. Eu li o edital da minha seleção e, de fato, lá não dizia com clareza que a primeira bolsa ia ser para o indígena ou para o negro, falava só cotista em geral, e eu como sendo a única indígena naquele momento não recebi a primeira bolsa, foi para o cotista negro. Eu sempre questionava isso, e eles me respondiam que a comissão decidiu entre eles que a bolsa ia ser para o primeiro cotista negro, mas eles nunca me deram uma resposta clara sobre por qual motivo foi, se foi pela entrevista, se foi pelos critérios, outros critérios, eles nunca me deram uma afirmação concreta. Eu sempre ficava teclando que era de outro estado e o cotista negro era dali de perto mesmo, pegava o ônibus e já estava em casa, e que eu estava precisando muito,

lógico que ele também. Eu passei seis meses sem bolsa, já estava quase desistindo, quase trancando o curso e querendo voltar para a minha região, porque não tinha mais condições de ficar. Mesmo que você tenha moradia, RU (Restaurante Universitário), auxílio transporte, não tinha condição de continuar os meus estudos lá. Eu conversei com o meu orientador e ele me deu bastante apoio, ele conversou com o diretor da UNICAMP e conseguiram direcionar uma bolsa para mim da UNICAMP. Aí com certeza as coisas melhoraram, até a autoestima pra estudar, pra desenvolver os trabalhos e as pesquisas foi outra. O ideal seria fazer o processo seletivo e ter garantia de bolsa, mas infelizmente não é assim.

A política de cotas poderia melhorar: de início, a distribuição de vagas na moradia. Se tivesse estipulado um número X de vagas indígenas na moradia, aquelas vagas teriam que existir de fato, não só no papel como na prática, mas acredito que com o tanto de ingressantes indígenas na graduação hoje, isso já tenha melhorado, porque eu fui uma das pioneiras em passar pela moradia como ingressante cotista indígena. Sofri para conseguir a minha vaga, tanto é que eu nunca consegui na prática, só no papel, eu fiquei morando como convidada naquela moradia, naqueles meses sem bolsa. Fora isso, o PPGAS poderia olhar o indígena não com um olhar especial, diminutivo, mas com um olhar de realidade para o indígena que está saindo de longe, muitas vezes de outro estado e indo pra um novo estado, tem a questão do fuso horário, tem a questão do frio, do clima, melhorar neste sentido de dar um apoio não só nas palavras, mas na prática mesmo.

Aluna cotista indígena do PPGAS-UNICAMP

“Falta implementação para todos os estudantes que se deslocam de outros estados e de outros países”

A política de ação afirmativa é um programa das universidades para ajudar os estudantes menos favorecidos como indígenas e pretos, já que essas pessoas têm pouca oportunidade de ingressar nas universidades e nos programas de pós-graduação, como o PPGAS.

Ter podido fazer a pós-graduação em antropologia social, pela Universidade Federal do Amazonas, me permitiu realizar o curso de mestrado com satisfação. O programa de PPGAS da UFAM é um exemplo a seguir por outros programas das diferentes universidades do

país, já que dá maior oportunidade aos indígenas que estão nas fronteiras e muitas vezes fora do país; além disso o PPGAS da UFAM deu um apoio psicológico, já que para muitos parentes é muito difícil deixar a comunidade, casa, família e costumes para vir estudar nas grandes cidades e encontrar-se com outro mundo diferente. Ainda assim, falta mais apoio aos estudantes. No caso da UNICAMP, foi bom passar por todo o processo seletivo, fico feliz de pertencer ao PPGAS-UNICAMP, mas no edital 2020–2021 de indígenas mencionava que daria prioridade aos indígenas que se encontravam longe da cidade, mas o mesmo programa não respeitou seu próprio edital.

Conheço sim (alunos que ingressaram sem bolsa), sou um dos estudantes indígenas que ingressou pelo sistema de cotas, mas atualmente me encontro sem bolsa. Além de mim, tem outros colegas e parentes de outras universidades que também estão sem bolsa, está sendo muito difícil se manter nas grandes cidades.

Em relação à UNICAMP, conheço pouco se realmente apoia os estudantes pretos e indígenas. No programa de PPGAS-UFAM, do qual fiz parte e continuo formando parte dele, recebi o apoio necessário para realizar o meu trabalho de campo no mestrado, e observei o grande apoio que eles davam aos estudantes pretos, indígenas e demais.

(Sobre o diferencial de ser cotista) a diferença é que a gente teve outro processo seletivo para o ingresso, o qual me permitiu formar parte do programa, além disso não percebi mais outra diferença. Atualmente, por causa da pandemia, a Universidade encontra-se fechada e as aulas são via remota, isso não me permitiu ainda me deslocar e conhecer a universidade e o PPGAS.

Falta implementação para todos os estudantes que se deslocam de outros estados e de outros países, mesmo que outras universidades e instituições que fomentem a ciência e pesquisa implementem o programa de cotas para os estudantes menos favorecidos.

Aluno cotista indígena do PPGAS-UNICAMP e egresso cotista do PPGAS-UFAM

“A universidade deve ser um lugar de ensino de muitas epistemologias”

Não existe uma boa quantidade de ingressantes indígenas no PPGAS-UNICAMP, são poucos os postulantes indígenas, a maioria deles não alcança a nota para serem aprovados, e, em alguns anos, nem

tem postulantes. Por que acontece isso? Existe uma frente que está em constante luta pelos seus direitos dentro da UNICAMP, mas os problemas ainda continuam.

Podemos fazer uma análise reflexiva tendo como base os últimos cinco anos: a maioria dos cotistas indígenas veio do PPGAS da UFAM. Quando perguntamos a eles por cotas, manifestam as suas experiências comparativas de uma universidade com outra. Com base nesses depoimentos, podemos destacar um representante cotista, liderança e lutador dentro e fora da universidade; no caso deste indígena ingressante desde 2011 no mestrado e agora já como doutor, ele comenta que a luta pela implementação de cotas no Programa (PPGAS-UFAM) foi uma proposição do Colegiado Indígena, que foi criado em 2011, e foi implementada a seleção diferenciada. Os professores que criaram o Núcleo de Estudo da Amazônia Indígena foram os que mais deram apoio para a seleção diferenciada.

Esse aluno propõe, também, que a política de ação afirmativa não pode ser encarada na ótica de justiça social, mas sim como uma forma de levar a sério as diferentes epistemologias, pois os povos indígenas são detentores de conhecimentos diferentes daqueles que as pessoas aprendem nas universidades. A universidade deve ser um lugar de ensino de muitas epistemologias.

Hoje em dia temos cada vez mais indígenas ingressantes no PPGAS-UFAM, seguindo de perto os processos seletivos no portal da UFAM e considerando que nos últimos cinco anos já são mais de 50 indígenas em diferentes níveis, a maioria deles é cotista cumprindo e respeitando os seus direitos. As cotas estão realmente apoiando a pesquisa na Amazônia e, também, fornecendo moradia. Mas os valores recebidos não são suficientes para custear as longas viagens para suas aldeias na realização das pesquisas.

Essa liderança comentou, ainda, que a coordenação do PPGAS-UFAM é comprometida com os povos indígenas, uma vez que não se preocupa somente com as bolsas de estudos, mas procura proporcionar outras adequações para melhor atender os desafios dos indígenas. As narrativas dos alunos indígenas do PPGAS da UNICAMP podem confirmar a importância disso!

Aluna cotista do PPGAS-UNICAMP e ex-aluna do PPGAS-UFAM